CBIC Mais
Informativo da Indústria da Construção
Newsletter :: Edição 160 :: 11/10/2018

NOTÍCIAS

INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO AGUARDA MEDIDAS PARA DESTRAVAR O SETOR E ALAVANCAR O CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DO PAÍS

SINALIZAÇÃO JÁ É ESPERADA NOS DEBATES DO SEGUNDO TURNO DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

Shutterstock

Essencial para alavancar o emprego e, consequentemente, a economia nacional, a indústria da construção espera que o governo que emergirá das urnas no final deste mês de outubro adote, já no início do seu mandato, medidas para estimular a recuperação do setor via mercado imobiliário, habitação e infraestrutura, que melhorem o ambiente de negócios, especialmente no campo da segurança jurídica, e amplie o acesso ao crédito para que as empresas voltem a empreender. "O País precisa sair do estado de paralisia e retomar o curso do desenvolvimento, com investimento e geração de emprego", destaca o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, completando que não há economia que se sustente com queda no investimento e redução de 14,2 mil empregos formais nos últimos 12 meses.

A expectativa do setor é de que emprego e investimento estejam no centro do debate do segundo turno da eleição presidencial. "É preciso incentivar o emprego formal para que as empresas possam empreender e contratar mais, eliminando obstáculos que impedem o crescimento econômico do País", defende o presidente da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT) da CBIC, Fernando Guedes Ferreira Filho.

PH Freitas/CBIC

José Carlos Martins, presidente da CBIC

PH Freitas/CBIC

Fernando Guedes Ferreira Filho, presidente da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT) da CBIC,

"O setor espera contratações melhores, por meio de incentivos à educação, capacitação e profissionalização dos jovens, especialmente para que eles possam entrar no mercado de trabalho já com conhecimento e, com isso, serem mais produtivos, o que é bom para a economia nacional", completa Fernando Guedes. Além disso, ressalta que é preciso tirar os gargalos da insegurança jurídica, que permeiam a contratação de profissionais e pessoas para a criação de empregos. "Sabedores dos nossos deveres e responsabilidades, queremos criar empregos sem, obviamente, sonegar qualquer tipo de direito ao trabalhador. Mas, para isso, é importante ter regras claras sobre aplicação das normas trabalhistas e previdenciárias para continuar contratando mais e melhor", diz.

A IMPORTÂNCIA DE IMPULSIONAR O SETOR

"A equipe que passará a governar o País em 2019 dispõe de um instrumento rápido e eficaz para reverter a curva do desemprego, que castiga a sociedade nos últimos anos: ativar a construção civil, notadamente nas áreas que envolvem a Infraestrutura Social (Habitação, Saneamento, Segurança, Educação, Saúde) e a Logística (Transportes, Energia)", reforça o presidente da Comissão de Infraestrutura (COP) da CBIC, Carlos Eduardo Lima Jorge.

O executivo defende que, como não há mágica capaz de, a curto prazo, possibilitar investimentos com recursos públicos – em função do elevado déficit fiscal –, as atenções deverão estar voltadas para o destravamento de amarras que dificultam ou até impossibilitam a atração de capitais privados e de financiamentos a projetos de infraestrutura. "São ações possíveis para o próximo governo, todas independendo de recursos públicos, porém com significativos e positivos efeitos sobre a infraestrutura nacional", diz.

Para Carlos Eduardo, na área de infraestrutura uma dessas amarras é a insegurança jurídica nas transações, que poderá ser enfrentada com uma nova Lei de Licitações que equilibre os deveres e as responsabilidades entre contratantes e contratados; com o respeito aos contratos, atos jurídicos perfeitos e acabados; com a proteção jurídica aos atos legítimos praticados pelo administrador público; com a autonomia e profissionalização das agências reguladoras, e com a revisão da interferência excessiva dos órgãos de fiscalização e controle nos meios de produção.

Outra amarra é a falta de estrutura nas Concessões Municipais, que poderá ser suprida com o deslanche efetivo do Programa de Apoio às Concessões Municipais estruturado pelo atual governo, ampliando seu alcance e inovando no suporte legal para permitir um sistema *fast track* nos diversos projetos.

Além disso, o presidente da Comissão de Infraestrutura da CBIC também menciona as dificuldades nos financiamentos aos projetos, que poderão ser reduzidas com a efetiva aplicação do *project finance,* com a maior

PH Freitas/CBIC

Carlos Eduardo Lima Jorge, presidente da Comissão de Infraestrutura (COP) da CBIC

PH Freitas/CBIC

Celso Petrucci, presidente da Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da CBIC

participação dos bancos privados, com a revisão dos modelos de garantias exigidas, com a subdivisão dos projetos em lotes viáveis.

SETOR ESPERA DO PRESIDENCIÁVEL UMA LEITURA ATENTA SOBRE O QUE O FGTS REPRESENTA PARA O MERCADO IMOBILIÁRIO NACIONAL

Na avaliação do presidente da Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da CBIC, Celso Petrucci, o setor espera para o segundo turno e o presidente eleito um maior comprometimento com as reformas que são necessárias para o País, principalmente a da previdência; e uma leitura atenta e isenta do que o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) representa para o mercado imobiliário nacional mas, principalmente, para a retração do PIB da construção civil, tendo em vista que 65% do mercado imobiliário pesquisado pela CBIC são de operações do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

O presidente da CII/CBIC lembra que o setor vem debatendo com o governo aprimoramentos sobre o patrimônio de afetação e em razão das dificuldades enfrentadas nos anos de 2015, 2016 e 2017 formas para melhorar o crédito dessas empresas junto aos agentes financeiros. "Muitas empresas ficaram pelo meio do caminho e nem sempre o balanço das que sobreviveram representa a realidade da vida dos seus estabelecimentos", menciona.

Para o líder do projeto de Programas Habitacionais da CBIC (MCMV), Carlos Henrique Oliveira Passos, a principal ansiedade do setor da construção com relação ao Minha Casa, Minha Vida é a garantia do presidente eleito de estabelecer a prioridade do programa, garantindo recursos do Orçamento da União, preservando o FGTS como principal *funding* do programa. Carlos Henrique lembra que o MCMV tem uma parte que vem do Orçamento da União – faixa 1 – e o MCMV FGTS, com recursos do FGTS e do Orçamento da União.

"A expectativa do setor é saber se o MCMV é prioritário dentro do programa de governo dos candidatos; se ele vai destinar recursos do OGU para sustentar o programa, e se vai fazer uma política de preservação do FGTS dentro do objetivo de ser o principal *funding* de interesse social", salienta, reforçando a importância dessas definições para que haja segurança de estruturação financeira para dar continuidade aos investimentos. "O MCMV responde por 65% das vendas do mercado imobiliário. Ter a certeza de que os recursos do FGTS serão preservados para esse fim é fundamental", disse.

"É essencial que haja o compromisso do candidato e do presidente eleito de que os recursos do Fundo de Garantia vão continuar sendo destinados ao seu objetivo original que é, além de servir de poupança para o trabalhar, ser um fundo de investimento para as obras de habitação, infraestrutura, saneamento e mobilidade e ter uma previsão de recursos do OGU para que se mantenha essa equação de finaciamento e aquisição da casa própria pelas pessoas de menor

PH Freitas/CBIC

Carlos Henrique Oliveira Passos, líder do projeto de Programas Habitacionais da CBIC (MCMV)

renda", comenta Carlos Henrique.

Sobre uma possível mudança no FGTS, Petrucci questiona: "Como vai substituir R$ 60 bilhões por ano, que hoje alimenta o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) para as famílias com renda entre R$ 1.800 a R$ 4.500, aproximadamente, sem ter recursos para colocar no lugar do FGTS". "Qualquer coisa que seja feita, tem que ser com parcimônia, pensando num período de transição, para que não pare com os 65% do mercado que existe hoje e que está sustentando a indústria imobiliária". Petrucci lembra que desde 1966 o FGTS vem alavancando o mercado de habitação de interesse social no País. "Pegar o FGTS e fazer uma modificação radical, sem se preocupar aonde vamos buscar recursos para substituí-lo, é preocupante. Além disso, qualquer ideia heterodoxa com relação ao Fundo tem que prever um período de transição para que dê a opção ao trabalhador de optar ou não pelo novo sistema, como no passado, quando ele foi criado. "Antes era um sistema de previdência, que dava estabilidade no emprego. Quando o FGTS surgiu foi dado a opção para que o trabalhador escolhesse o sistema", alerta.

CARTA DE NATAL

O DISTRATO NA INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA E A SEGURANÇA JURÍDICA

SINDUSCON RN
sindicato da indústria da construção civil

Os membros Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio Grande do Norte – Sinduscon/RN, reunidos no evento denominado "O Distrato na Incorporação Imobiliária e a Segurança Jurídica", ocorrido no último 31 de agosto em Natal/RN, o qual contou com a participação e a colaboração, entre outros especialistas, dos Excelentíssimos Ministros do Superior Tribunal de Justiça Paulo de Tarso Sanseverino, Luiz Alberto Gurgel de Faria e Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, vem, por seu presidente ao final assinado, expor de público, em especial à classe empresarial e ao mundo jurídico, o seguinte:

Na ocasião em referência, debateu-se o enunciado nº 543 da súmula do STJ[1] e alguns impactos negativos que a sua aplicação vem trazendo à economia brasileira. O evento foi de suma relevância para a sociedade po-

tiguar, pois é sempre importante ressaltar para a comunidade jurídica como ocorre, na prática, a incorporação imobiliária e como, nos casos de resolução contratual, a exigência de devolução imediata das parcelas pagas pelo promitente adquirente são prejudiciais tanto à coletividade de consumidores, como ao próprio crescimento econômico do país.

Isso porque as instituições financeiras somente financiam o empreendimento com a segurança jurídica do adimplemento das promessas de compra e venda e do patrimônio de afetação. E essa exigência de devolução imediata rompe justamente com esses dois pilares do financiamento imobiliário.

Ao romper com a previsibilidade das promessas de compra e venda, a devolução imediata inviabiliza o financiamento e, assim, não há incorporação. Aliás, mesmo nos casos de autofinanciamento o raciocínio é semelhante, com a diferença de que é a própria construtora que ingressa na relação na condição de securitizadora.

Em relação ao patrimônio de afetação, esse também fica fragilizado com o atual cenário de insegurança jurídica que permeia a resolução, uma vez que o empreendimento se vê desfalcado de importantes quantias a ele destinadas. Além desse fato comprometer tanto o prazo de conclusão como a própria entrega do empreendimento, obstaculiza, como já dito, o financiamento da obra por parte das financeiras. Não custa lembrar que o patrimônio de afetação é uma criação brasileira e sua importância foi mais que evidenciada após o conhecido caso da Encol. Aliás, mantendo-se o panorama atual, corre-se o risco de problema semelhante voltar à realidade social de nosso país.

É preciso ficar claro - e isso, principalmente para a magistratura - que, sem a segurança jurídica do adimplemento das promessas de compra e venda e do patrimônio de afetação, não há financiamento e muito menos incorporação imobiliária! E, em última análise, os maiores prejudicados são os próprios consumidores. A rigor, pois, a situação jurídica de um consumidor acaba por lesar toda uma coletividade de consumidores.

Essa consequência negativa é potencializada nestes tempos de grande crise econômica no Brasil, pois a incorporação imobiliária é uma das atividades que poderia alavancar a retomada do crescimento do país e encontra-se atravancada no atual cenário jurídico. As construtoras, sobretudo as pequenas e médias, estão com sua liquidez comprometida, minimizando e até anulando tanto o seu enorme potencial de geração de emprego e renda como o próprio giro da economia que proporciona, ao envolver os mais diversos setores, direta ou indiretamente, em efeito cascata.

Com base no espírito de solidariedade que deve existir entre os diversos adquirentes de uma incorporação, é importante encontrar alternativas capazes de solucionar o problema, como a possibilidade da devolução de valores ser realizada apenas na entrega do empreendimento, na data da expedição do "habite-se" ou até na data de sua averbação em cartório. Nos "consórcios", por exemplo, os valores só são devolvidos quando todos os integrantes do grupo são contemplados. É uma opção muito válida! Tais providências certamente diminuiriam os riscos e aumentariam a previsibilidade do negócio, permitindo que as empresas atuem com mais segurança jurídica e possam até mesmo reduzir os preços de comercialização das unidades.

Dessa forma, seria muito importante que esses aspectos fossem do conhecimento de todos, até para que se pudesse vir a conseguir a revisão e o aperfeiçoamento do enunciado da Súmula nº 543 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

Natal/RN, 21 de setembro de 2018

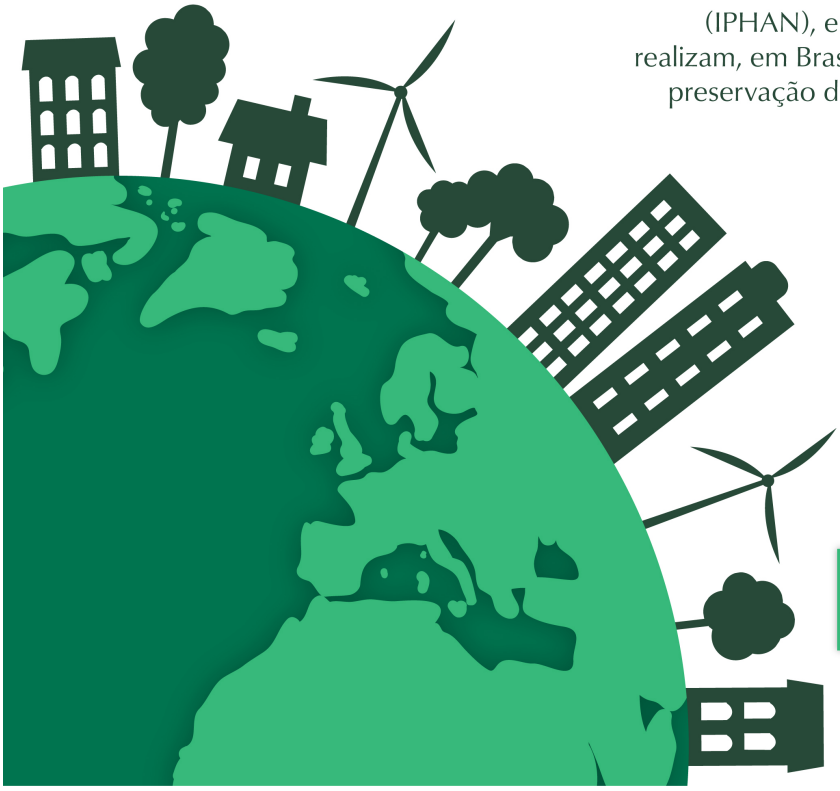
ARNALDO GASPAR JUNIOR
PRESIDENTE

SETOR PRODUTIVO E ÓRGÃOS AMBIENTAIS DEBATEM LICENCIAMENTO AMBIENTAL

SEGURANÇA JURÍDICA SERÁ UM DOS FOCOS DO SEMINÁRIO "O IPHAN NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL: DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS JURÍDICAS"

O IPHAN no Licenciamento Ambiental: diálogos e perspectivas jurídicas

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em correalização com o Senai Nacional, realizam, em Brasília, seminário para discutir e reforçar a preservação do patrimônio cultural e outros aspectos relevantes do licenciamento ambiental.



22 e 23/10
das 8h às 18h30

Auditório da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)
(SBN Quadra 2, Bloco N - Asa Norte - Brasília-DF)

Reserve esta data

Apoio: CNC, CNM Confederação Nacional de Municípios

Realização: SENAI Iniciativa da CNI - Confederação Nacional da Indústria, CBIC, IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MINISTÉRIO DA CULTURA GOVERNO FEDERAL

Promover o debate sobre segurança jurídica entre o governo federal, os órgãos ambientais e o setor produtivo é o principal objetivo do seminário "O IPHAN no Licenciamento Ambiental: diálogos e perspectivas jurídicas", que será realizado nos próximos dias 22 e 23 de outubro pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em correalização com o Senai Nacional. O evento será realizado das 8h às 18h30, no auditório da Confederação Nacional

do Comercio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em Brasília. Além do presidente da CBIC, José Carlos Martins, a abertura do seminário contará com as presenças do ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão; do ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte; do presidente da Confederação Nacional de Municípios, Glademir Aroldi; do coordenador da 4ª Câmara – Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público Federal, Nívio de Freitas Filho; da presidente do IPHAN, Kátia Santos Bogéa; e de Alexandre Sampaio, da CNC.

"A ideia é apresentar para os órgãos ambientais e o setor produtivo um aspecto fundamental que é a segurança jurídica, ou seja, como de fato o IPHAN atua no licenciamento e em quais circunstâncias; quais os prazos de manifestação; os gargalos e como as dificuldades estão sendo vencidas", destaca o coordenador nacional de licenciamento do IPHAN, Roberto Stanchi. "Resumindo, a expectativa é conferir previsibilidade, segurança jurídica e eficiência técnica na participação do IPHAN no licenciamento ambiental".

Além do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Heman Benjamin, o seminário reunirá profissionais da área de licenciamento, órgãos especializados, representantes do setor produtivo e da sociedade. O consultor da Comissão de Meio Ambiente (CMA) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e proprietário do Saes Advogados, advogado Marcos Saes, participará em dois momentos do evento. Na Conferência 01, que abordará o tema "Licenciamento Ambiental: a necessidade de Segurança Jurídica para a Construção do Desenvolvimento Sustentável", Marcos Saes reforçará a importância da segurança jurídica - que é preciso ter regras claras e prazos definidos para que sejam entendidas e cumpridas, destacando a importância da aprovação do Projeto de Lei conhecido como a Lei Geral do Licenciamento Ambiental.

Já no Painel 2, que abordará "A consulta ao IPHAN no Licenciamento Ambiental", Marcos Saes destaca que serão analisados casos específicos sobre o que tem acontecido de positivo, para que seja ampliado, e sobre como evitar os que não estão cumprindo a regra existente não ocorra nos demais casos. O painel também contará com as presenças do presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Suely Araújo; do coordenador nacional de Licenciamento do IPHAN, Roberto Stanchi, e do procurador da República, do Ministério Público Federal, Zani Cajueiro.

Para se inscrever, Clique aqui.

Participe!

INTEGRANTES DO GRUPO CBIC JOVEM SÃO DESAFIADOS A MONTAR PROJETOS PARA SUAS ENTIDADES

TRABALHO CONTARÁ COM APOIO DO CONSULTOR DO FÓRUM DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Divulgação

Grupo CBIC Jovem no canteiro da Prospero Engenharia, em Maracanaú/CE

Reunidos de 3 a 5 de outubro, em Fortaleza/CE, os membros do Grupo CBIC Jovem ganharam um novo desafio: propor um projeto a ser implementado nas entidades do setor da construção das quais pertencem, com base em diagnóstico a ser elaborado junto às instituições, que atenda às suas atuais necessidades. A iniciativa, idealizada pelo Fórum de Ação Social e Cidadania (Fasc) da Câmara Brasileira da indústria da Construção (CBIC), com a correalização do Sesi Nacional, conterá detalhes e cronograma das ações a serem realizadas. O trabalho será supervisionado pelo consultor Ayrton Sérgio Rochedo Ferreira, da Rochedo Ferreira & Consultores. Segundo a presidente do Fórum de Ação Social e Cidadania (Fasc) da CBIC, Ana Claudia Gomes, o grupo fará relatórios periódicos e compartilhará suas experiências sobre os projetos durante os encontros presenciais e virtuais do grupo, que conta com a participação efetiva de mais de 15 jovens empresários e gestores do setor da construção das cinco regiões do País.

"Cada entidade, de acordo com suas necessidades, seu contexto, seu momento, vai identificar a oportunidade de um projeto. Vou ajudar a cada um deles a mapear a conveniência da iniciativa", destaca o consultor Ayrton Sérgio Rochedo Ferreira.

Outra novidade aprovada pelos participantes, durante o encontro, na capital cearense, foi o documento "Atuação e Conduta do Grupo CBIC Jovem", com a definição de regras de atuação e condutas mínimas para manter a consistência necessária de comportamentos cole-

Divulgação

Integrantes do CBIC Jovem e do Sinduscon Jovem CE

Divulgação

Grupo CBIC Jovem na Universidade de Fortaleza (UNIFOR), em Fortaleza/CE

tivos, capazes de produzir as entregas que a missão do grupo se propõe, sem retirar a espontaneidade, a iniciativa, a criatividade ou o protagonismo dos seus integrantes. "Além da missão e dos procedimentos básicos de funcionamento do Grupo CBIC Jovem, também foi aprovada a possibilidade de admissão e treinamento de novos jovens, bem como a definição do perfil de compromisso com o grupo", destaca Ana Claudia, completando que, para treinar a capacidade de liderança, ficou estabelecido que, a cada ciclo do projeto, serão eleitos um presidente e um vice-presidente, cujos papeis já foram definidos.

No primeiro dia do encontro, o grupo foi recebido pela superintendente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Ceará (Sinduscon-CE), Larissa Rolim, que apresentou a sede da entidade aos jovens, bem como os serviços que são oferecidos. Também esteve com o grupo o presidente do Sinduscon Jovem do Ceará, Marcelo Montenegro Filho. Foi realizada ainda visita à Universidade de Fortaleza (Unifor), onde os jovens tiveram a oportunidade de falar sobre suas caminhadas profissionais e sobre a importância das entidades nessa jornada, com depoimentos emocionantes. A universidade recebeu um conjunto de publicações da CBIC, disponíveis no site da entidade.

Divulgação

Netto Benvenutti, representante jovem do SindusCon-SP

"Estou muito agradecido pelo SindusCon-SP ter depositado mais uma vez o voto de confiança na indicação do meu nome para continuar participando do Grupo CBIC Jovem. Acredito que cada encontro realizado pela CBIC é um passo importante no nosso propósito. Conseguimos definir, com ajuda do consultor, processos e metas para entrega dos trabalhos de acordo com a necessidade de cada região aqui representada. Estamos evoluindo e essa jornada só será possível dessa maneira: dando um passo após o outro", comentou Netto Benvenutti.

O Grupo CBIC Jovem, de iniciativa da CBIC, com a correlização do Sesi Nacional, tem por finalidade capacitar jovens e executivos do setor da construção para o exercício da representatividade, abrindo-lhes oportunidades para liderarem ou participarem de iniciativas e ações positivas em suas entidades de origem e na própria CBIC em benefício do setor. Interessados em mais informações sobre o projeto devem entrar em contato com o Fasc/CBIC pelo email social@cbic.org.br.

ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE BIM IMPACTA PARTICIPANTES COM DISCUSSÕES E EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS

INCORPORAÇÃO DO BIM NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS JÁ É UMA PRÁTICA

Divulgação

Foi realizado na Universidade Estadual de Campinas, de 17 a 19 de setembro, o I Encontro Nacional sobre o Ensino de BIM, promovido pela Associação Nacional de Tecnologia no Ambiente Construído (Antac) e idealizado pelas professoras e pesquisadoras Regina C. Ruschel (Unicamp) e Mariana Monteiro Xavier de Lima (UFC). Regina e Mariana são coordenadoras do Grupo de Trabalho de Tecnologia da Informação e Comunicação na Construção (GT.TIC) da Antac. A Modelagem da Informação da Construção (BIM) se viabiliza por um conjunto de tecnologias, processos e políticas, que afetam as entregas e relacionamentos em toda cadeia construtiva, transformando a prática e, consequentemente, o ensino dessa ação. Dessa forma, o objetivo do encontro foi estimular a troca de experiências sobre a capacitação em BIM, já se colocando como uma ação da Antac em sintonia com a Estratégia Nacional BIM-BR.

O encontro reuniu professores, pesquisadores, instrutores e consultores. Ao todo, 60 participantes, representando 29 universidades brasileiras, compartilharam experiências. Foram apresentadas 20 experiências didáticas, 11 planos de execução BIM educacionais, três desenvolvimentos de conteúdo e três descrições de especializações em BIM. Entre as iniciativas, observou-se ênfase em Engenharia Civil e Construção (16 casos), Arquitetura (13 casos), integração de Arquitetura e Engenharia Civil (5 casos). Todo o conteúdo apresentado no evento está disponível em http://www.antaceventos.net.br/index.php/enebim/2018/schedConf/presentations.

Os participantes foram envolvidos em sessões interativas que expandiam a compreensão das temáticas apresentadas em palestras.

O professor Mohamada Kassem, da Northumbria University do Reino Unido, apresentou a palestra "*Macro-BIM adoption: Assessing and benchmarking*

market-wide maturity and policies", que detalha um instrumento de avalição do nível de maturidade da adoção de BIM em um país. Os participantes tiveram a oportunidade de utilizar o instrumento e participar de uma avaliação do nível de maturidade da adoção do BIM no Brasil. Para tal, foi assinado um acordo entre a iniciativa BIMe e a Antac (http://bimexcellence.org/projects/macro-adoption/macro-adoption-studies/macro-bim-adoption-in-brazil/).

O professor Eduardo Santos Toledo, da Universidade de São Paulo, apresentou a palestra "As Ações de Capacitação do Plano Estratégico de Disseminação do BIM". Associada à exposição foram desenvolvidas, pela Organização do evento, duas sessões interativas: uma para identificar barreiras para a adoção do BIM no ensino de Engenharia Civil e de Arquitetura e Urbanismo e outra para discutir ações estratégicas de capacitação e disseminação do BIM. Seguindo uma dinâmica de levantamento, classificação e ordenação, os participantes identificaram que as barreiras para a adoção do BIM no ensino estão relacionadas a pessoas, metodologias didáticas, regulamentação, infraestrutura e tecnologia e por fim financeiras, nessa ordem de dificuldade. Um processo de discussão rotativa e acumulativa resultou numa riquíssima proposição de ações para as estratégias de capacitação e disseminação do BIM categorizadas para os públicos alvos tomadores de decisão, gerentes, técnicos (projetista, orçamentistas, planejadores), e alunos em formação (graduação ou técnico).

Foram também realizadas duas mesas redondas: de pesquisas sobre o ensino de BIM e de *cases* de ensino premiados. A professora Érica Checcucci, da Universidade Federal da Bahia, apresentou uma síntese das pesquisas sobre o ensino de BIM já realizadas no Brasil, concluindo que já termos grande quantidade de material de orientação sobre como implementar BIM no ensino. A professora Mônica Santos Salgado, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, apresentou resultados de pesquisa de BIM que culminam em propostas para o ensino de Arquitetura e Urbanismo através de ferramentas digitais. Os professores Kleos M. Lenz Cesar Jr. e Douglas Lopes de Souza, da Universidade Federal de Viçosa, e Regina C. Ruschel, da Universidade Estadual de Campinas, apresentaram cases de ensino de BIM finalistas na categoria Academia no Prêmio de Excelência BIM Sinduscon-SP de 2017.

Finalizando o evento, o professor Mohamad Kassem ministrou uma segunda palestra denominada *"Digital Transformation in the Built Environmente: Challanges and Approaches for the 21th Learning".* Essa última tirou todos de sua zona de conforto, mesmo sendo a grande maioria de inovadores no ensino. Kasssem chamou atenção para o tempo acelerado da integração de tecnologias existentes e transformações dirruptivas resultantes com o advento da Industria 4.0.

O ENEBIM 2018 teve grande impacto sobre os participantes, resultado das discussões realizadas, do compartilhamento de experiências e do vislumbre de conhecimento de fronteira. O material apresentado demonstra que a incorporação do BIM nas universidades públicas brasileiras foi iniciada. O acesso gratuito e permanente às experiências apresentadas, assim como palestras e mesas redondas, é um compromisso de disseminação do conhecimento da Antac. A próxima edição do evento será em 2019.

CBIC DADOS

Produção Física Industrial dos insumos típicos da Construção Civil

Mês/ano	Variação % mensal (base: igual mês do ano anterior)	Variação % acumulada no ano (base: igual período do ano anterior)	Variação % acumulada nos últimos 12 meses (base: últimos 12 meses anteriores)
ago/18	0,0	1,0	1,8

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

AGENDA DA SEMANA

16 de outubro
Seminário: faça parte do processo de normalização
Local: Sede CBIC
Horário: 15h às 17h
Transmissão online pela página da CBIC no facebook

18 de outubro
O Futuro da Construção
Horário: 8h às 17h
Local: Auditório da Federação das Indústrias do Estado da Bahia - Rua Edistio Pondé, nº 342 - STIEP - Salvador-BA

19 de outubro
Reunião da Comissão da Indústria Imobiliária
Horário: 9h30 às 17h
Local: Secovi-SP

19 de outubro
Secovi Talks discute o Futuro da Atividade Imobiliária
Horário: 12h às 19h
Local: Secovi-SP

AGENDA ECONÔMICA (CBIC)

15 de outubro
- Boletim FOCUS/Banco Central

16 de outubro
- Pesquisa Mensal de Serviços/ IBGE
- Indicador Antecedente Composto da Economia (IACE) e Indicador Coincidente Composto da Economia (ICCE) / FGV

17 de outubro
- IGP-10 / FGV
- Índice IBC-Br / Banco Central

18 de outubro -----

19 de outubro
- Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) / CNI

SEM DATA DEFINIDA
- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) / Ministério do Trabalho

EXPEDIENTE:
Presidente da CBIC: José Carlos Martins
Equipe de Comunicação:
Doca de Oliveira – coordenacao.comunicacao@cbic.org.br
Ana Rita de Holanda – jornalista@cbic.org.br
Sandra Bezerra – comunica@cbic.org.br
Paulo Henrique Freitas de Paula – arte@cbic.org.br

Projeto Gráfico: Radiola
Diagramação: Paulo Henrique Freitas de Paula
Telefone: (61) 3327-1013